

## A CONTRIBUIÇÃO AFRICANA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS PELA LÍNGUA PORTUGUESA FALADA NO BRASIL

## THE AFRICAN CONTRIBUTION: A FEW CONSIDERATIONS ABOUT THE CHANGES SUFFERED BY THE PORTUGUESE LANGUAGE SPOKEN IN BRAZIL

## EL APORTE AFRICANO: ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LAS TRANSFORMACIONES EXPERIMENTADAS POR EL PORTUGUÉS HABLADO EN BRASIL

Vanda Luiza de Souza **NETTO**<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho realizado apresenta algumas considerações sobre a contribuição linguística das línguas africanas na Língua Portuguesa falada no Brasil. Além disso, procura as possíveis causas da invisibilidade da cultura africana no meio acadêmico, como forma de ampliar as pesquisas e as abordagens sobre o tema em sala de aula. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o suporte teórico de Renato Mendonça, Yeda Pessoa de Castro, José Rivair Macedo, Darcy Ribeiro e demais pesquisadores. Foi observado que é preciso divulgar a contribuição lexical africana, muitas vezes desconhecida dos brasileiros, que abrange muito mais do que o caráter meramente folclórico, musical ou culinário. Nesse sentido, foi necessário recuperar aspectos históricos para a devida contextualização dos efeitos da presença africana e sua interação com a língua portuguesa. Além disso, deve ser destacado o empenho da literatura brasileira na tarefa de agregar as marcas da cultura africana, a partir do movimento do Realismo, no século XIX, como registro do contexto social, o que pode ser fonte de análises, reflexões e aprendizado. A riqueza vocabular de origem africana está presente no cotidiano do brasileiro e deve ser descrita e ampliada em todos os espaços culturais, como forma de repensar a identidade do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vocabulário. Diáspora Negra. Literatura. Oralidade.

**ABSTRACT:** This article presents some considerations about the linguistic contribution of African languages in the Portuguese language spoken in Brazil. In addition, it looks for the possible causes of the invisibility of the African culture in the academic environment, as a way of broadening the researches and the approaches on the subject in the classroom. For that, a bibliographic research was carried out with the theoretical support of Renato Mendonça, Yeda Pessoa de Castro, José Rivair Macedo, Darcy Ribeiro and other researchers. It was noticed that it is necessary to spread the African lexical contribution, often unknown by Brazilians, which covers much more than the merely folkloric, musical or culinary character. Therefore, it was necessary to recover historical aspects for the proper contextualization of the effects of the African presence and its interaction with the Portuguese language. Besides that, it should be emphasized the commitment of Brazilian literature in the task of aggregating the marks of African culture, from the movement of Realism, in the nineteenth century, as a record of the social context, which can be a source of analysis, reflection and learning. The

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários – UFES – com a colaboração do graduando Perfecto Costa Domingues

vocabulary wealth of African origin is present in the daily life of Brazilian people and should be described and expanded in all cultural spaces, as a way of rethinking the country's identity.

**KEYWORDS:** Vocabulary. Black Diaspora. Literature. Orality.

**RESUMEN:** El trabajo realizado presenta algunas consideraciones sobre la contribución lingüística de las lenguas africanas en la lengua portuguesa hablada en Brasil. Además, busca las posibles causas de la invisibilidad de la cultura africana en el medio académico, como forma de ampliar las investigaciones y los enfoques sobre el tema en el aula. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica con el soporte teórico de Renato Mendonça, Yeda Pessoa de Castro, José Rivair Macedo, Darcy Ribeiro y demás investigadores. Se observó que es necesario divulgar la contribución lexical africana, muchas veces desconocida de los brasileños, que abarca mucho más que el carácter meramente folclórico, musical o culinario. En ese sentido, fue necesario recuperar aspectos históricos para la debida contextualización de los efectos de la presencia africana y su interacción con la lengua portuguesa. Además, debe destacarse el empeño de la literatura brasileña en la tarea de agregar las marcas de la cultura africana, a partir del movimiento del Realismo, en el siglo XIX, como registro del contexto social, lo que puede ser fuente de análisis, reflexiones y aprendizaje. La riqueza vocabular de origen africano está presente en el cotidiano del brasileño y debe ser descrita y ampliada en todos los espacios culturales, como forma de repensar la identidad del país.

**PALABRAS-CLAVE:** Vocabulario. Diáspora Negra. Literatura. Oralidad.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho aqui apresentado poderá ser útil para um olhar mais crítico sobre a contribuição linguística africana que adquiriu, ao longo do tempo, um grau de invisibilidade, vítima de preconceitos que não podem mais fazer parte de nossa sociedade e, menos ainda, do meio acadêmico. No Brasil, há muitos aspectos dos laços culturais que unem o brasileiro à África que são desconhecidos pela população, e já se esgotou o tempo de oferecer mais, além da música ou dos elementos meramente folclóricos, citados tão frequentemente. Para tentar resolver essas lacunas, foi aprovada a Lei federal nº10.639/2003, que determinou o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes, no ensino fundamental e médio. Mais tarde, em 2008, foi acrescentada a história e cultura indígena.

A fim de que seja compreendido, em profundidade, o alcance do silenciamento cultural a que a contribuição linguística africana foi submetida, é fundamental retomar alguns aspectos geográficos, sociais e históricos, que esclarecem a opacidade das abordagens elaboradas por professores, especialmente no ensino fundamental, pois estão centralizadas, em grande parte dos casos, apenas no aspecto folclórico. É preciso enfatizar que a contribuição lexical africana enriqueceu o vocabulário da Língua Portuguesa, mesmo que

grande parte da população não tenha consciência disso. Além do mais, a Língua de um povo é parte constitutiva do patrimônio cultural, é depositária e reveladora fiel de suas raízes mais profundas.

A princípio, com a leitura da obra *Do Português Arcaico ao Português Brasileiro: outras histórias*, organizada por Klebson Oliveira, Hirão Cunha e Souza e Juliana Soledade, foram encontradas algumas informações reveladoras. Trata-se de uma coletânea na qual está inserido um capítulo elaborado pelos pesquisadores Rosa Virginia Matos e Silva e Américo Venâncio Lopes Machado Filho, com o título: “Entre duas Diásporas: o português e as línguas africanas no Brasil”. Os autores comparam a diáspora portuguesa, voluntária (ou não), com a africana, sendo esta imposta pelo poder da escravidão.

O artigo em questão faz referência ao relacionamento ocorrido entre a língua portuguesa e as africanas, intenso e permanente, ao longo de séculos. O texto esclarece que o tráfico humano, extraído de regiões diversas da África, com destino a Portugal, era realidade já em meados do século XIV (por volta de 1350). Silva e Machado Filho citam Tinhorão (1997, p. 45), que declara a existência de postos de vendas de cativos na Rua Nova de Lisboa, e do “grande proveito” que a prática do comércio de escravos propiciou, autorizada por D. João III, ao promover o início da colonização do Brasil, no século XVI.

Essa iniciativa causou várias influências na língua portuguesa, em Portugal, de acordo com as informações sobre o comércio de escravos negros em Lisboa (1350), como já mencionado. Se levarmos em consideração que a consciência de Portugal como nação/território/língua, aproxima-se do século XIII, por volta de 1250, leva-nos a crer que as línguas africanas tenham influenciado também os falantes em Portugal e que tenham sido trazidas essas influências para o Brasil, antes mesmo dos africanos terem aqui chegado. Os portugueses já tinham contato com os africanos devido ao tráfico e comércio com a África. Sendo assim, houve influência oral exercida não apenas no território português, mas nos contatos dos portugueses com os cativos à espera de serem despachados para outras regiões. Os escravos sediados em Angola e no Congo, em períodos de confinamento prolongado, levaram a contatos linguísticos constantes e intensos. Por isso, é provável que essas alterações tenham sido transportadas para o Brasil pelos próprios portugueses.

Segundo Castro (2001), Silvio Romero, em 1888, declarou sua indignação com a indiferença dos pesquisadores brasileiros perante as línguas e religiões africanas. A autora menciona ainda o *Dicionário Gramatical*, de João Ribeiro (1897), em que o autor definiu e analisou o que chamaria de “elemento negro”, como o conjunto de modificações ocorridas na Língua Portuguesa, por influência africana, no Brasil.

As dificuldades em se obter as provas necessárias, das influências exercidas pelas línguas africanas no português brasileiro, residem no fato da não existência de escritos produzidos nessas línguas, pois os seus detentores africanos para aqui trazidos eram apenas falantes, a oralidade era o único meio de comunicação entre os diferentes grupos linguísticos. Esse fato, segundo Castro (2011, p. 65), é um dos motivos da resistência do meio acadêmico em estudar as influências africanas, já que se trata de uma influência eminentemente oral, destituída do prestígio da escrita.

De acordo com Macedo (2015), a África é o continente mais antigo, com um território de 30.343.511 km<sup>2</sup>, ou seja, corresponde a 22% da superfície da Terra. É banhado pelos Oceanos Atlântico e Índico, os mares Vermelho e Mediterrâneo. Não há intenção de oferecer mais detalhes geográficos, mas é importante destacar que a África é o continente com o maior número de nações, em torno de 54, além de nove territórios, e o dado mais importante: as pesquisas arqueológicas comprovam que o Homem surgiu no continente africano e de lá espalhou-se pelo mundo. Além desse autor, utilizamos também os fundamentos de Mary Del Priori, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Yeda Castro, a partir do princípio de que as relações entre os falantes em questão precisam de um embasamento histórico para descrever as condições em que os laços culturais se constituíram.

### **O CONTINENTE AFRICANO E O BRASIL: LAÇOS FORTES**

É possível identificar, entre o Continente Africano e o Brasil, muitos laços culturais, nos mais diversos aspectos da sociedade brasileira, na música, nas lendas, na literatura, na culinária, mas, especialmente na língua, e é nesse aspecto que se torna vital fazer uma análise. A ligação com países africanos, acontece justamente pela via linguística e via Portugal, pois as nações que tanto contribuíram para a Língua Portuguesa falada no Brasil, foram colônias lusas, assim como a nação brasileira o foi um dia. Hoje, essas nações fazem parte da

Comunidade Lusófona e são elas: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Outro aspecto importante é que, desde a Antiguidade, o continente que hoje conhecemos como Europa tinha relações comerciais com a África, especificamente, a área limitada pelo deserto do Saara, espécie de barreira natural que impediu conhecer a maior parte do continente africano, por séculos. Só a partir da ousadia dos navegadores portugueses, como é o caso de Gil Eanes, ao vencer o Bojador, em 1434, que o mundo ficou sabendo a real extensão do território. Para Macedo (2015), a partir do século XVI, os contatos comerciais e exploratórios dos europeus com o continente africano se intensificaram, após a descoberta da África Subsaariana e seu imenso território, com tantas riquezas, fauna e flora diferenciadas.

No entanto, desde 1415, com a tomada de Ceuta pelos portugueses, que estava sob o domínio dos marroquinos, esses contatos passaram a ser regulares. A cobiça de muitos foi motivo de disputas e Portugal lutou para manter suas conquistas comerciais. De acordo com Macedo:

O monopólio do comércio costeiro pelos portugueses era ameaçado pela ação dos mercadores ou agentes a serviço de outros governos europeus, sobretudo holandeses, franceses e ingleses. O cenário tornou-se mais complexo na passagem do século XVI e primeiras décadas do século XVII, quando, estando temporariamente incorporado ao governo espanhol no período filipino (1580-1640), Portugal e suas áreas de exploração ultramarinas foram atacados por inimigos provenientes da Holanda – tanto no Brasil (1629-1654), quanto na África Central e na Ásia. (MACEDO, 2015, p. 71)

É importante ressaltar que, as riquezas do continente africano permaneceram escondidas ainda por muito tempo. Com as descobertas e posse de tantos territórios, Portugal vai se interessar mesmo é pelo material humano que encontra, pois não havia braços suficientes em Portugal para explorar, economicamente, as novas colônias. É nesse momento de expansão e perspectivas de enriquecimento, que teve início o que seria considerado um dia a *mancha negra*, o comércio humano, a escravidão. De acordo com Mendonça (1973), em sua obra que é referência no assunto, *A influência africana no português do Brasil*, o comércio humano teve início com Antão Gonçalves (1441), ao aprisionar um grupo de mouros. Depois

veio a trocar dois deles por 10 negros, em uma viagem à África. Outros africanos foram capturados na ilha de Arguim e foram levados para Portugal. Em 1444, foi criada a Companhia de Lagos, especialmente para desenvolver o comércio e a exploração da África, como afirma Mendonça:

Com efeito, a viagem inicial do tráfico negreiro foi empreendida pois esta Companhia, em uma expedição composta de seis caravelas ao mando do escudeiro Lançarote, a qual transportou duzentos e trinta e cinco cativos. (MENDONÇA, 1973, p. 20)

Mais tarde, foi construído, em 1452, o Forte de Arguim, na citada ilha, na Guiné, que serviu de base operacional para o tráfico. Entre 1450 e 1455, entraram em Portugal entre setecentas e oitocentas “peças”, assim eram chamados os escravos. Em 1530, o número chegou a cerca de dez a doze mil escravos, tanto para a capital Lisboa, como para as colônias ou países que faziam limite com Portugal. Em 1538, teve início a remessa de escravos para a colônia do Brasil, quase quatro décadas depois do descobrimento, vindos da Guiné. O número só aumentou e, segundo Mendonça (1973), ao final do século XVI, devia haver no Brasil uma população de 57.000 pessoas, sendo 14.000 escravos – 10.000 em Pernambuco, 3.000 na Bahia e mais ou menos 100 no Rio de Janeiro.

Por outro lado, não podemos esquecer que a escravidão existia na África, como prática rotineira dentro da estrutura social das inúmeras tribos e etnias, origem das disputas internas. De acordo com Macedo (2015), a consciência coletiva de que há uma identidade africana, surge apenas no século XX, após a emancipação política das nações africanas. As diferenças tribais e linguísticas facilitaram o domínio de territórios, não só para portugueses mas para ingleses, belgas e franceses. O desrespeito aos limites de cada tribo acirrou os conflitos, o que dificultou ainda mais a formação da identidade do continente. Até então, os laços de identidade estavam fortemente ligados à tribo, aldeia, linhagem ou grupo linguístico. Até mesmo a palavra escravidão não existia no vocabulário africano, já que o termo deriva de *slavus*, que deu origem ao vocábulo *slave*, relativo aos povos eslavos que foram escravizados, durante séculos, na Europa e eram brancos. Para Macedo, a escravidão era natural na África:

Desse modo, pode-se afirmar com segurança que o fenômeno da escravidão era praticado em várias partes da África. Da Etiópia a Magadáscar, do Egito ao Magreb e do Sudão aos povos da África Central, a redução ao cativo era o modo mais frequente de demonstração de poder político e econômico. (MACEDO, 2015, p. 101)

Infelizmente, essa conjuntura social africana veio ao encontro dos objetivos dos exploradores europeus, sendo um fator que reforçou o tráfico negroiro.

### **O USO E EXPLORAÇÃO DA FORÇA AFRICANA**

Para os traficantes e proprietários brasileiros, algumas denominações identificavam o *status* dos escravos, que podia ser *boçal* ou *ladino*. O termo *boçal* indicava o escravo que se mantinha preso à sua cultura de origem, incapaz de comunicar-se nos locais de destino. Devemos observar que a palavra citada teve seu significado alterado ao longo do tempo e, atualmente, significa pessoa grosseira. O termo *ladino* indicava que o escravo tinha o domínio da língua portuguesa, o que facilitava a comunicação. Esse termo também teve o sentido, de certa forma, alterado e hoje indica pessoa esperta. Já o termo *crioulo* designava os escravos nascidos no Brasil.

Essa forma de rotular os escravos também definia suas condições de trabalho: o *boçal* era enviado para as tarefas mais pesadas nos engenhos, na lavoura ou nas minas, e o *ladino* para as tarefas mais leves, como era o caso dos chamados, segundo Ribeiro (2006, p. 104), “escravos de dentro”. No meio urbano, era comum a atividade dos “escravos de ganho”, que exerciam funções externas, de comércio (em benefício do proprietário, é claro) ou mesmo para alugar sua força de trabalho.

Além da definição dos locais de trabalho, a partir das habilidades demonstradas pelas “peças”, segundo Ribeiro (2006), a força cultural africana sofreu toda forma de silenciamento pelo próprio interdito a que eram submetidos os escravos dentro da estrutura social da escravidão. Mas, as referências culturais encontraram uma válvula de escape, um espaço, no âmbito religioso. As crenças e práticas mágicas, as superstições ancestrais eram muito valiosas e deram o suporte espiritual para as horas mais difíceis. Além disso, as lembranças musicais, a culinária e os saberes foram revividos, como forma de resistência.

Essa herança cultural associou-se às crenças indígenas, o que resultou, em nosso país, em uma identidade muito peculiar, que influenciou inclusive o catolicismo e, principalmente, a Língua falada pelos brasileiros. A chamada “sociedade subalterna”, nas palavras de Ribeiro (2006, p. 105) foi sendo construída nos subterrâneos, no reino da invisibilidade, de uma grande parte da população que vivia para servir e obedecer, sem descanso. Segundo a historiadora Mary Del Priori, em sua mais recente obra, *Histórias da gente brasileira*, vol. 1:

Escravos trabalhavam muito. De todos e em qualquer serviço era exigida uma média de quinze a dezessete horas de trabalho. Mas havia limites respeitados. Chuvas intensas interrompiam o ritmo das colheitas. O trabalho noturno só se fazia durante a fase de cozimento do melaço. A jornada no campo era intercalada para comer. O calendário religioso se encarregava de reduzir os dias úteis a 250. (DEL PRIORY, 2016, p. 75)

O fato é que os escravos eram explorados até a exaustão, já debilitados pela alimentação insuficiente e as inúmeras doenças que os acometiam, o que limitava a vida útil nas lavouras, mas que podiam ser substituídos pelo tráfico que enriqueceu a muitos. Seres humanos transformados em fonte de energia para continuar a mover as máquinas perversas da monocultura da cana, ou como nos diz o poeta José Craveirinha, de Moçambique, no poema *Grito Negro*:

Eu sou carvão!  
E tu arrancas-me brutalmente do chão  
E fazes-me tua mina, patrão.  
Eu sou carvão!  
E tu acendes-me, patrão,  
Para te servir eternamente como força motriz.  
Mas eternamente não, patrão.  
Eu sou carvão  
E tenho de arder sim;  
Queimar tudo com a força da minha combustão.  
Eu sou carvão;  
Tenho que arder na exploração  
Arder até as cinzas da maldição  
Arder vivo como alcatrão, meu irmão,  
Até não ser mais tua mina, patrão.  
Eu sou carvão.  
Tenho de arder

Queimar tudo com o fogo da minha combustão.

Sim!

Eu sou o teu carvão, patrão.

(In: *Biblioteca Entrelivros*, p. 54)

Se Craveirinha descreve a condição de escravo em Moçambique, no Brasil aconteceu um fato novo. Segundo Holanda (1984, p. 24), o escravo não era “apenas um manancial de energia, um carvão humano (...)” já que havia relações que pendiam para a proteção e solidariedade, o que levou a diluir algumas normas, especialmente no ambiente doméstico, que vieram a promover a miscigenação, ainda que forçada, entre as raças e a contribuição linguística.

No entanto, Holanda (1984, p. 24), em *Raízes do Brasil*, aponta para as interdições criadas que tinham planos a longo prazo, como a ordem régia de 1726 que proibia aos mulatos, até a quarta geração, que exercessem cargos municipais, em Minas Gerais, e aos brancos casados com mulheres negras. Para Del Priori (2016, p. 103), as expressões “defeito de sangue” ou “sangue infecto”, de caráter excludente e ofensivo, continuaram a ditar as normas na sociedade escravagista de então, para aqueles que se dedicavam aos ofícios manuais e aos judeus.

No século XVIII, ocorre a descoberta de ouro nas Minas Gerais, o que vai causar a evasão de escravos dos engenhos do Nordeste. A necessidade de braços, para tirar o precioso metal dos rios e das pedras, exigia muitos escravos e levou muitos exploradores a desbravar o sertão. Desse modo, o tráfico atinge o auge e, no século seguinte, havia cerca de 1.600.000 escravos no Brasil, de acordo com Mendonça (1973). No entanto, a Inglaterra encabeça um movimento para reprimir o tráfico negreiro, o que levou muitas nações a criarem leis restritivas ao tráfico. Isso aconteceu no Brasil, com a lei de 7 de novembro de 1831, o que apenas estimulou o contrabando de escravos, que se estendeu até 1850.

### **IMPACTO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA PELOS ESCRAVOS NA LÍNGUA FALADA NO BRASIL**

Ribeiro, em *O povo brasileiro* (2006), traça um panorama da formação étnica do Brasil. Índios, portugueses e africanos são apresentados e contam a sua história em uma obra

fundamental sobre as origens do Brasil. Nesse sentido, foi necessário destacar nessa pesquisa, o percurso empreendido pelo contingente originário da África, embora sem os dados estatísticos mais apurados, tendo em vista as dificuldades encontradas pelos pesquisadores quanto à fidelidade dos registros da época. Várias pesquisas apontam para uma cifra de 4.000.000 de pessoas que fizeram essa dolorosa travessia atlântica, segundo Alencastro (2000, p. 85):

Mas o desconhecimento que envolve o tráfico negreiro é de outra natureza. Aproximadamente 12 mil viagens foram feitas dos portos africanos ao Brasil para vender, ao longo de três séculos, cerca de 4 milhões de escravos aqui chegados vivos. Afora os traficantes e os marinheiros, outras pessoas livres viajaram nesses navios, único transporte entre os dois continentes. (ALENCASTRO, 2000, p. 85)

Outros autores, como Mendonça (1973), calculam em 5 milhões, com a cifra provável de mais 2 milhões que aqui chegaram, via contrabando. Para alguns autores, essa foi mais uma diáspora humana. A palavra *diáspora*, muito usada nos textos pesquisados, apresenta uma origem etimológica antiga, do grego “diasporá”. Diz respeito à dispersão do povo judeu, mas pode ser aplicada à jornada involuntária de qualquer povo pelo mundo, segundo o Dicionário da Academia Brasileira de Letras. No que diz respeito ao tráfico compulsório africano, costuma ser chamada de Diáspora Negra.

O início da diáspora foi decorrente da necessidade de mão de obra para a produção de cana-de-açúcar em escala intensiva, a “commodity” que inaugura e exportação de matéria prima, em terras brasileiras. O trânsito atlântico que iniciou ainda no século XVI, em pequena escala, vem de um Continente vítima constante de exploração, desde as descobertas marítimas portuguesas. Muitos fatores contribuíram para a exploração maciça da região, dentre eles as diferenças étnicas, as rivalidades tribais, mas talvez o mais importante: a diversidade linguística. Nas palavras de Ribeiro (2006, p. 103): “a África era, então, como ainda é hoje, uma imensa Babel de línguas”.

Para os europeus, do ponto de vista racial, a ideia comum era que todos os africanos eram iguais. Mas, linguisticamente, o panorama era bem diferente. Além disso, como já foi mencionado, os conflitos tribais facilitaram o apresamento de “peças” para o tráfico, entre os

próprios africanos, pois grupos inimigos entre si passaram a colaborar com os exploradores, seduzidos pelas possibilidades financeiras. Enfim, essas diferenças foram manipuladas de forma a evitar a comunicação mais efetiva entre os capturados, ao evitar que se formassem grupos da mesma origem. Além da violência do apresamento, as “peças” sofriam com o rompimento dos laços familiares e de amizades, o que as levou a buscar outras formas para sobreviver em situações de extrema hostilidade e violência.

Com o passar do tempo, segundo Heywood (2013), a questão das diversidades de origem diminuíram, consideravelmente, com a aquisição linguística da Língua Espanhola ou Portuguesa, pelos escravos, conforme a região para onde eram levados. Além disso, segundo a mesma autora (2013, p. 122), “O país que mais recebeu influência da cultura crioula angolana foi o Brasil”, de escravos oriundos da África Central, que possuíam uma herança cultural mais abrangente, com línguas assemelhadas, como o Quimbundo e Umbundo, ao contrário dos demais grupos que apresentavam culturas diferentes. Para Heywood (2013, p. 8), “Os portugueses em Angola estavam tão cientes dessa dinâmica que na metade do século XVIII chamavam de Quimbundo a língua geral do país.”

No caso do Brasil, único país de colonização portuguesa na América, os escravos foram obrigados a incorporar a Língua Portuguesa, pois de outra forma a comunicação entre eles e os senhores seria muito difícil. Aqui, havia ainda outro elemento linguístico importante, a língua Tupi, um dos troncos indígenas que deu origem à Língua Geral, um recurso linguístico organizado pelos jesuítas com o intuito de catequizar os nativos. Essa Língua, chamada pelos índios de “nheengatu”, foi utilizada no Brasil por cerca de 300 anos, e viria a se mesclar com elementos africanos e vice-versa. No entanto, aconteceu um fato importante: como o número de africanos ultrapassou o número de indígenas e substituiu a mão de obra nativa, a Língua Geral foi perdendo espaço e a língua portuguesa passou a ser mais utilizada o que contribuiu para ampliar o uso da língua dos colonizadores. Só no século XVIII, o Português iria se tornar obrigatório, mas nesse ponto, as contribuições indígenas e africanas já estavam consolidadas e foram acrescentadas ao léxico imposto por Portugal. Esses outros falantes do Português passaram a influenciar culturalmente e deixaram suas marcas, tanto no vocabulário quanto na sintaxe.

## **OS FALARES AFRICANOS E A (IN)VISIBILIDADE**

Para Mendonça (1973), as dificuldades em pesquisar sobre a presença africana no Brasil esbarram na falta de dados alfandegários pois, o Ministério da Fazenda, em 1891, “mandou queimar os documentos históricos ou arquivos da escravidão” (1973, p. 35). Os pesquisadores precisam utilizar dados avulsos, e, por muito tempo, pensou-se que os africanos tinham origem apenas no grupo Banto, localizado quase totalmente no sul da África. Mais tarde, descobriu-se que vieram também do grupo Sudanês. De acordo com Castro (2005), as pesquisas foram feitas, em primeiro lugar, justamente com os falantes do grupo Banto, pois suas inúmeras línguas apresentam semelhanças fonéticas. O termo *bantu* significa “os homens”, e é utilizado há 3 ou 4 milênios.

Os territórios dos falantes do grupo Banto habitam a África Subsaariana, que compreende os seguintes países: República Centro-Africana, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Namíbia, República Popular do Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia, Burundi, Ruanda, Uganda, Quênia, Malawi, Zimbábue, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul.

Mendonça destaca a importância do grupo Banto, pelo seu uso extensivo no país. Do grupo Banto tiveram origem o Quicongo, o Quimbundo e o Umbundo. Destas línguas, Macedo afirma que o Quimbundo exerceu grande influência no vocabulário da Língua Portuguesa falada no Brasil. Foram faladas as seguintes línguas: Nagô ou Ioruba, Quimbundo, Gegê, Kanuri e Guruncis. Duas línguas gerais foram adotadas pelos negros no Brasil: o Nagô na Bahia e o Quimbundo no Norte e no Sul, sendo que essa última língua superou os termos nagôs.

Holanda (1982), em sua obra clássica, *Raízes do Brasil*, menciona a influência africana na pronúncia das palavras portuguesas, tornando-as menos duras, com um acento mais delicado. Suas considerações apontam para o fato da presença maciça dos escravos no interior das famílias, como a razão dessas influências:

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. (HOLANDA, 1982, p. 31)

Arte e Literatura serão influenciadas por essa “suavidade dengosa”, pelo exotismo, pela sensualidade e sentimentalismo, tanto que, segundo Holanda, Portugal abriria suas portas para as modinhas e lundus do mulato Caldas Barbosa. A letra da cantiga popular reveste-se de considerações que retratam as transformações que fizeram a língua portuguesa falada no Brasil ser mais doce, talvez como resultado da cultura extensiva da cana:

Nós lá no Brasil  
A nossa ternura  
A açúcar nos sabe,  
Tem muita doçura.  
Oh! Se tem! Tem.  
    Tem um mel mui saboroso  
    É bem bom, é bem gostoso.

(...)  
Ah nhanhã, venha escutar  
Amor puro e verdadeiro,  
Com preguiçosa doçura,  
Que é Amor de Brasileiro.

(HOLANDA, 1982, p. 31)

Conforme o censo oficial de 1823 registrou, cerca de 75% da população brasileira era constituída de negros e mestiços. No interior das casas, no campo ou na cidade a presença africana era notória, o que vai refletir-se nos usos da língua. No entanto, segundo Castro (2005), o avanço dessas marcas vai sendo, de certa forma, abafado pelo “verniz eurocêntrico” que permeava a sociedade brasileira, sempre com os olhos postos na Europa. Isso aconteceu também graças ao prestígio da escrita, em detrimento da oralidade, fato que reforçou a desvalorização de falares que não possuíam registro escrito.

Mesmo na atualidade, criou-se, no meio acadêmico, a discriminação entre os povos de origem Banto, de tradição oral e os sudaneses, negros islamizados ou malês, da Bahia, que sabiam ler e escrever. Para a autora (2005), o exemplo mais evidente da negação do valor das línguas negro-africanas no Brasil é a sua quase total ausência nos departamentos de línguas nas universidades brasileiras.

## LÍNGUAS OU DIALETOS?

Alguns estudiosos consideram as línguas africanas apenas *dialetos*, o que revela desconhecimento da variedade étnica e linguística do Continente Africano. Segundo Rita do Carmo Polli da Silva (2009, p. 226), “dialeto é qualquer variação de um idioma que não chegue a comprometer a inteligibilidade mútua”. Ora, no caso do continente africano, as inúmeras línguas são diferenciadas e comprometem o entendimento entre os falantes. Além disso, há o senso comum de que o *nagô* é a língua falada na comunidade religiosa, nos terreiros de candomblé, o que revela a multiplicidade de usos linguísticos, conforme a situação. Segundo Castro (2005), *nagô* pode ter o sentido de:

1) Sistema de crenças e ritos ancestrais africanos de tradição iorubá, que é cultivado por grupos inclusivos de natureza etno-religiosa, conhecidos por “nação de candomblé”, no caso em questão, denominada nagô-queto; 2) um sistema lexical baseado em diferentes línguas africanas que foram faladas no Brasil, com predominância de um repertório ioruba, meio de expressão simbólica de valores tradicionais do grupo, sem que esse conhecimento signifique competência linguística em ioruba, muito menos em iorubá moderno. (2005, p. 68)

Já em outras cerimônias dos candomblés são utilizadas um repertório de base *ewe-fon* ou banto (ou bantu), o que demonstra que não há apenas uma modalidade linguística nos eventos religiosos. Castro (2005, p. 120-121) apresenta uma série de aspectos lexicais africanos presentes no português falado no Brasil, dentro de uma abordagem sincrônica, classificados em *antigos* e *contemporâneos*. Entre os *antigos*, podem ser encontrados os casos associados à escravidão, como *banzo*, *mucama*, *viramundo*, *senzala* e outros em uso no português europeu, como *carimbo*, *moleque*.

Podem ser encontrados termos introduzidos por elementos atuais:

- *fauna* – acanga, caçote, calunga, caranguji;
- *flora* – andu, dendê, moranga, maxixe, jiló;
- *alimentação* – (comidas e bebidas) – mungunzá, moqueca, aluá, cachaça;
- *doenças* – caxumba, tunga;
- *usos e costumes* – cafuné, cochilo, calundu, denço;

- *religião* – candomblé, macumba, orixá, Oxóssi, Exu;
- *recreação* – samba, maxixe. Lundu;
- *ornamentos* – miçanga, balagandã, tanga, canga;

Elementos referentes a partes do corpo, funções e atitudes sexuais:

Hímen – cabaço;

Pênis – binga;

Vulva – tabaco;

Clitóris – languenza;

Ânus – toba;

Pederasta – xibungo;

Copular – mengá

Nádegas – bunda

Quanto aos vocábulos contemporâneos, esses estão em processo contínuo de interação com a língua portuguesa e grande parte vem do acesso do público a candomblés e em cursos práticos de línguas africanas. A autora menciona que compositores da música popular auxiliam a divulgar os nomes de orixás e outros termos oriundos da língua-de-santo, que tem o apelido de nagô. Um exemplo é a palavra *axé*, saudação que significa “boa sorte”.

A forçosa transferência de pessoas que vieram do outro lado do Atlântico criou condições que poderiam levar à formação de uma nova língua emergencial. A língua dos diversos povos escravizados era muito diferente da língua falada pelos captivos, o que evidentemente, acarretou dificuldades na comunicação, para ambos os lados. Nessas situações-limite, em que um grupo social é submetido a outro, num primeiro estágio é criada uma língua bem primária, com pequeno vocabulário e pouca atenção às regras gramaticais, apenas o necessário para o cumprimento de ordens. Esse estágio é denominado *pidgin*. Num segundo estágio, segundo Trask e Mayblin (2013), os filhos desse grupo inicial ampliam o vocabulário e os usos do *pidgin*, passam a considerar as regras gramaticais, o que configura a criação de uma língua natural, chamada *crioulo*, fato acontecido no Caribe e no sul dos Estados Unidos.

A pesquisadora Castro (2001) observa que, inexplicavelmente, essa nova língua não foi criada no Brasil, fato que estimula outras análises pois, tudo indica que ocorreu uma

confluência entre as forças das línguas africanas e portuguesas, levando à africanização da Língua Portuguesa falada no Brasil. O que pode ter acontecido é que, essa africanização do português seja resultado da longa duração do sistema escravagista em nosso país, além da miscigenação biológica:

(...) o português de Portugal, arcaico e regional, foi ele próprio, de certa forma, mais ou menos africanizado pelo fato de uma longa convivência. A complacência ou resistência face a essas influências mútuas é uma questão de ordem sociocultural e os graus de mestiçagem linguística correspondem, mas não de maneira absoluta, aos graus de mestiçagem biológica que se processam no país. (CASTRO, 2001, p. 77)

Aconteceu no Brasil, algo que pôde ser observado em outros países, segundo Mendonça: uma língua que se desenvolve em dois territórios separados, frequentemente se desdobra. Tanto que o autor (1973, p. 54) apresenta o seguinte exemplo: “Penetrando nas Ilhas Britânicas, o germânico bifurcou sua evolução, que continuou, no continente, gerando os dialetos alemães, enquanto lá originava o anglo-saxão, língua matriz do inglês.” A língua falada no Brasil adquiriu uma dinâmica que a diferencia da fala e da escrita de Portugal. Se na “terrinha” o falante suprime ou enfraquece as vogais, dando mais agilidade na fala, no Brasil acontece o alongamento das vogais pretônicas, o que apresenta uma lentidão no ritmo linguístico, o que veremos mais adiante.

É importante ressaltar que o elemento indígena foi, gradativamente, perdendo força no campo das influências na Língua Portuguesa, no Brasil, na medida em que a população africana ganhava mais e mais espaço na sociedade. É preciso lembrar que o nativo brasileiro foi outro elemento que cooperou para o desdobramento linguístico mencionado por Mendonça, e que não teve presença em Portugal. O africano sim, marcou presença entre os portugueses, tanto que Gil Vicente (1465-1536), na comédia *Nau de Amores*, apresenta um personagem negro, de Benin, que falava um português modificado. Entre os portugueses, a *língua de preto* era motivo de deboche, assim como, no Brasil, os sotaques das diferentes regiões também são desprestigiados. Tanto que surgiu, em território português, uma literatura produzida nessa língua, como sonetos, sermões, almanaques e calendários.

Mendonça (1973, p. 58) apresenta um texto de Henrique da Mota, que mostra um fenômeno fonético, no caso a substituição do “lh” por “y”, na *língua de preto*:

“doso galiya ruo capam  
A mim trazê turo junto  
Ho coeyo co treze pombio

O autor menciona que, no Brasil, aconteceu um apagamento intencional dos fenômenos de origem africana, em benefício do elemento indígena, como é o caso da substituição do “lh” pelo “y” – caso encontrado nos vocábulos mulher – *muyé* – velho – *véyo* – colher – *cuyé* – olha – *óya* – olho – *oyo*, fenômenos característicos da contribuição africana e tantos outros. Mendonça aponta que a provável razão para essa distorção tenha sido o Indianismo dos autores da primeira geração do Romantismo brasileiro, pois o destaque dado à contribuição linguística indígena foi considerado um fator de identidade nacional, da qual o negro não fazia parte. Não que tenha sido totalmente indevido, pois até o final do século XVII, “se falava a *Língua Geral* em S. Paulo e Rio Grande do Sul.” (1973, p. 39), com uma proporção de “três para um” da língua dos nativos para a Língua Portuguesa, e durante parte do XVIII também. A partir do século XIX, a influência indígena enfraquece e aumenta a influência africana.

Especula-se a utilização de dialetos crioulos em pontos da colônia, mas não houve consolidação desses falares. Mendonça cita o caso do *Mina*, uma língua falada na Bahia, por africanos e descendentes, até o início do século XX, mas que desapareceu. Até essa época, também o *Nagô* era falado em cerimônias religiosas, mas na atualidade, são usadas apenas palavras nos rituais. A influência africana fica mais evidente nos rincões do nosso país, com o alongamento das pré-tônicas e a pronúncia mais alongada, semelhante ao que foi citado por Mendonça, em Portugal, com o registro, por certo tempo, na *língua de preto*. Isso pode ser observado, de acordo com Mendonça (1973, p. 61), na cantiga popular de Goiás, em que encontramos também o caso da *apócope* – supressão de um ou vários fonemas ao final de uma palavra:

Dizem que a *muyé* é farsa  
Tão farsa como *papé*  
Mas quem matou Jesus Cristo

Foi *home*, não foi *muyé*

No entanto, há outros fatores que contribuíram para os desdobramentos mencionados por Mendonça, como é o caso da grande extensão territorial do país. As mudanças identificadas, segundo Castro (2005, p. 49), estão presentes tanto no léxico, quanto na gramática, como “a redução das formas verbais e a simplificação das flexões de plural na fala popular”.

A língua *banto* contribuiu para o abrandamento da pronúncia do “r”, que na Língua Portuguesa é mais forte, pois não existe “r” na língua africana, o que originou a substituição por um “r” fraco – caso do *rotacismo*, o chamado “r” caipira – ou a substituição pelo “l” (1973, p. 65):

Rapaz – lapassi

Carro – calo

Os casos de *redução* são frequentes na língua popular e nas camadas mais cultas do nosso país, como podemos observar em cheiro – *chêro*; peixe – *pêxe*; beijo – *bêjo*. Mendonça destaca o fato presente até na linguagem literária, no poema do poeta parnasiano Raimundo Correia, ao rimar *beijo* com *desejo*, no soneto Madrigal (1973, p. 66):

Te hão de roubar meus sôfregos *desejos*  
 Mas o vento o chapéu lhe arroja aos ares:  
 A ave, liberta assim, voa... e com ela  
 Lá se foram também todos os *beijos*.

O autor apresenta vários outros exemplos, mas destacamos mais um apenas, muito presente no dia a dia do falante brasileiro, que é o caso da *aférese* – supressão da parte inicial de um vocábulo – na p. 63: *está* – *tá*; *você* – *ocê*; *acabar* – *cabá*; *Sebastião* – *Bastião*.

Em análises mais recentes, Castro (2005) menciona os estudos de Jacques Raimundo, publicados em 1933, sob o título *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, que, pela primeira vez tenta sistematizar a contribuição lexical africana no português brasileiro, classificando-a em *primárias* – as palavras africanas que entraram para o nosso vocabulário – e *secundárias* – as palavras derivadas a partir de uma mesma raiz africana –, como é o caso de *dendezeiro*, que tem origem em *dendê*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castro (2005), além de mencionar Jacques Raimundo (1933), não deixa de fazer referência a Renato Mendonça (1935), a Nina Rodrigues (1945) e seus estudos sobre a cultura afro-brasileira, bem como a Dante de Laytano, em 1936, com a obra *Os Africanismos no dialeto gaúcho*, a maior parte originários de base banto. Castro (2005) esclarece que esses vocábulos tiveram seu alcance ampliado para os países vizinhos ao Rio Grande do Sul, no caso Uruguai e Argentina, em que o vocábulo *candombe*, que indica o conjunto de manifestações religiosas, possui o mesmo étimo da palavra *candomblé*, ou seja “kandombile”, ação de rezar. Esses pesquisadores foram pioneiros nesses estudos e preservam o valor de suas pesquisas até hoje, pela intenção absolutamente necessária de dar visibilidade à contribuição de origem africana.

De acordo com Mendonça (1973, p. 100), não é correto afirmar que foi Castro Alves o primeiro autor a tratar da presença cultural africana: “Todavia se diga que o introdutor do negro em nossa Literatura não foi Castro Alves e sim um poeta maranhense, Trajano Galvão, que viveu entre 1830 e 1864.” O poeta baiano Castro Alves tornou-se célebre pela qualidade poética ao tornar visível a presença africana, com os versos do *Navio Negreiro* e *Vozes D’África*, ainda que de forma emocional, embalado pelas ideias abolicionistas vindas do estrangeiro, mas que abriria o caminho para outros olhares. A Literatura Brasileira vai ampliar as possibilidades e observar a contribuição africana nos costumes e falares, a partir do Realismo, especialmente no conto *Pai contra mãe*, de Machado de Assis. O movimento Naturalista propôs-se mostrar a realidade cultural de forma mais incisiva, como podemos ver na obra *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, em que é possível verificar a presença explícita do preconceito na vida do personagem Dr. Raimundo, filho mestiço de um fazendeiro e uma escrava. O tema também é retratado em outra obra do mesmo autor, *O cortiço*, com os personagens do português João Romão e sua companheira Bertoleza.

Monteiro Lobato, autor do Pré-modernismo, por sua vez, vai descrever a hipocrisia religiosa da sociedade brasileira dos tempos pós-escravidão, no emblemático conto *Negrinha*, que dá nome ao livro de contos do autor. Mais adiante, *Macunaíma*, a célebre obra de Mário de Andrade, resgata finalmente as origens brasileiras, com o anti-herói que concentra nossa

formação indígena/europeia/africana. Dentre os autores da 2ª Geração Modernista, é preciso mencionar Jorge Amado, com várias obras que têm a Bahia e suas múltiplas referências étnicas como pano de fundo em narrativas e personagens que povoam o universo do estado que recebeu o maior número de escravos, com obras marcantes como *Jubiabá*, *Gabriela*, *Cravo e Canela*, *Capitães da Areia*, entre outras.

A 3ª Geração do Modernismo tem, em Guimarães Rosa, uma obra monumental, em que o vocabulário brasileiro encontra um espaço de honra, com suas variações linguísticas e novas construções, que abrigam legados indígenas e africanos, bem como de origem arcaica e erudita, como podemos conferir no conto *O burrinho pedrês*. Enfim, a visibilidade da contribuição africana, em estado de negação, revela-se e encontra espaço para ser considerada e valorizada como deve. É possível que seja caracterizado como um resgate tardio, mas que mostra os sinais de que a parcela africana não pode mais permanecer nas sombras. Ainda que doloroso, pelas marcas que permanecem na sociedade brasileira, com os episódios de preconceito que comprovamos diariamente, as pesquisas acadêmicas, ainda incipientes, precisam escavar as camadas que se acham ainda à espera de estudos, artigos, pesquisas de campo e registros. A nossa Língua Brasileira, respeitosamente, exige esse olhar diante da contribuição africana.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTILHO, Ataliba; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, Yeda Pessoa. **Falares africanos na Bahia** (um vocabulário afro-brasileiro). 2ª.ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. Poesia combina doses de ironia e lirismo. In: **Biblioteca Entrelivros**. São Paulo: Editora Duetto. Ed. Especial nº6, s/d. [www.revistaentrelivros.com.br](http://www.revistaentrelivros.com.br)

DIÁSPORA. In: **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Academia Brasileira de Letras. 2ª.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

*Revista Metalinguagens*, v.5, n.1, p. 26-47, Vanda Luiza de Souza Netto.

HEYWOOD, Linda. **Diáspora negra no Brasil**. (org.). Trad. Ingrid Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedit. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. 17.ed. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Entre duas diásporas: o português e as línguas africanas no Brasil. In: OLIVEIRA, Klebson; CUNHA, Hirão; SOLEDADE, Juliana (orgs.) **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

PRIORI, Mary Del. **Histórias da gente brasileira: volume I: colônia**. São Paulo: LeYa, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. **A Sociolinguística e a língua materna**. Curitiba: IbpeX, 2009.

TRASK, R.L.; MAYBLIN, Bill. **Entendendo Linguística**. Trad. Ana Carolina Gasonato. São Paulo: LeYa, 2013.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CASTILHO, Ataliba; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: 2011.

MOURA, Maria Lucia Seidl de; FERREIRA, Maria Cristina; PAINE, Patrícia Ann. **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. Ed. São Paulo: 2013.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Trad. Celso Cunha. 4ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

*Revista Metalinguagens*, v.5, n.1, p. 26-47, Vanda Luiza de Souza Netto.

Envio: Abril de 2018

Aceite: Maio de 2018

*Metalinguagens v.5, n.1*